

A DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS ATRAVÉS DAS NORMAS AACR2 E ISAD (G): UMA APROXIMAÇÃO COMPARATIVA ENTRE AS NORMAS AACR2 E ISAD(G).

Ana Cristina de Albuquerque (UNESP) albuanaati@yahoo.com.br¹

Resumo

A presente pesquisa, que resultou em dissertação de mestrado defendida na Universidade Estadual Paulista, UNESP, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, aborda o documento fotográfico no âmbito de sua descrição em arquivos e bibliotecas. Tem o objetivo de fazer uma possível comparação entre as normas AACR2, utilizadas para a descrição bibliográfica nas bibliotecas e a norma ISAD (G) que, por sua vez, é o conjunto de regras para que seja obtida a descrição arquivística. Inicialmente o objeto é contextualizado para se passar à apresentação das regras do AACR2 e da ISAD (G). Uma análise panorâmica das regras expostas é feita a partir dos modos de representação de cada uma: para a biblioteconomia, sua ficha que materializa o ato da descrição, para a arquivologia, seus instrumentos de pesquisa que, da mesma forma, oferecem aos usuários um quadro não só do material como de todo o contexto de seu acervo, disponibilização para os usuários e em seu estudo de forma geral.

Palavras-chave: Documento fotográfico; Descrição bibliográfica; Descrição arquivística; Normalização.

Abstract

This work boards the photographic document in the scope of its description in archives and libraries. The objective is to make possible the comparison between the AACR2 rules, utilized for bibliographic description in libraries and the ISAD (G) norm, which are the rules to obtain an archivist description. Departing from document concept, passing by his function in archives and libraries and passing by photography history. Under archivist's principles and librarian treatment theory, there is a consideration about description in general form and its application in a document with peculiarities and when the document is target of discussions that reflect in availability to the users an its studies generally.

Keywords: Photographic document; Bibliographic description; Archivist description; Normalization.

1 Sobre o documento fotográfico

Lembrança de fatos passados, objeto de pesquisa, instrumento para construção de memória, documento. Tudo isso a fotografia pode ser e, ao mesmo tempo, anular essas características e servir a outros objetivos.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O tratamento de um documento fotográfico e as tentativas de extrair deste as informações corretas e necessárias ao pesquisador é uma questão que depende de alguns fatores para que possa ser realizada senão completamente, ao menos de maneira eficaz.

O trabalho com documentos fotográficos suscita dúvidas e adaptações que exigem dos profissionais empenho e uma busca pelo melhor caminho a seguir. De acordo com as reflexões de Barthes, Smit (1987, p. 102) afirma que “A descrição de uma imagem nunca é completa”, pois quem trabalha com fotografias sempre irá se deparar com a conotação, sua interpretação e herança cultural, que influem em muito na descrição de um documento. No entanto, o profissional envolvido na tarefa de tratar o documento fotográfico tem de ser muito objetivo para que suas informações não sejam desperdiçadas. Segundo Smit (1987, p. 106):

O bibliotecário acostumado a analisar documentos escritos tende, invariavelmente, a analisar fotografias através de termos abstratos preponderantemente, esquecendo que a imagem dificilmente significa, de forma unívoca, um termo abstrato. Se, em documentação escrita, a utilização de termos abstratos geralmente significa uma medida de economia geral (um termo abstrato “resume” vários concretos), a imagem nos leva a uma realidade diametralmente oposta: o termo abstrato limita o significado de uma imagem, fixando uma leitura em detrimento de inúmeras outras.

Ou seja, converter o documento fotográfico de imagem para palavras há o que Smit (1987) chama de “transcodificação”, a passagem de uma linguagem para outra. A linguagem verbal é muito mais abstrata do que a imagem em si, pois fala da imagem ou fala a imagem, verbalizando-a e induzindo o consulente a pensar a imagem conforme sua legenda. Ao pensarmos na imagem de forma verbal damos início ao tratamento desta para que tenha um sentido, para que seja traduzida, mas, esse tratamento não é passível de revelar, de forma completa sua visualidade. A palavra em si não consegue manter o visível e sim o imaginável do documento fotográfico. Contudo, não se consegue pensar uma imagem sem verbalizá-la e isso é o que sustenta sua representatividade e referencialidade.

O documento fotográfico, através do processo de descrição torna-se visível de forma verbal, diferente da visibilidade em sua forma original, e é essa troca de linguagem representada nos instrumentos de pesquisa de cada área, arquivologia e biblioteconomia, que tentamos entender no presente trabalho: como as normas vigentes em bibliotecas e arquivos podem englobar objetos tão singulares como as fotografias.

Sobre o fator determinante que é a descrição, trataremos a seguir, especificando-a em arquivos e bibliotecas.

2 A descrição em bibliotecas e arquivos: elementos para uma possível comparação.

Em nossa discussão, entendemos que descrever um documento fotográfico, é resultado de um trabalho ao mesmo tempo difícil e fascinante para o profissional. Uma fotografia se mostra por inteiro, o profissional que a está descrevendo vai montando essa foto de forma verbal, mostrando seus detalhes um a um, combinando todos até que se tenha uma imagem única formada por motivos. O objeto comum que liga os profissionais da biblioteconomia e da arquivologia e suas instituições são os documentos, matéria prima de seu trabalho e pesquisa, portanto, desde sua coleta até seu fim último dentro de um arquivo ou biblioteca, o documento fotográfico é analisado e tratado para que seja disponibilizado da melhor maneira. A descrição bibliográfica e arquivística é parte importante do tratamento dispensado aos documentos, uma ação que fará a ponte entre o profissional, o documento e o usuário, tornando-se assim uma das fundamentais atividades, no sentido de transformar em informação mediada um item do acervo de biblioteca e de arquivo. Quando tratamos especificamente de bibliotecas, o produto final que resulta na representação dos documentos é a ficha catalográfica e os catálogos. O AACR2 é um dos códigos mais utilizados pelos bibliotecários. Ele contém as diretrizes de uma análise formal para que o profissional possa efetuar a descrição de qualquer documento em qualquer suporte. Esse tipo de catálogo (ficha) é muito importante por relacionar todas as obras numa biblioteca. Seguindo autores como Lehnus (1975), Mey (1995; 2003) e Dias (1967), é possível compreender os dados contidos numa ficha catalográfica que, mesmo com seu formato sucinto consegue, dentro de uma biblioteca, ser o instrumento que recupera a informação e auxilia não só os usuários como também os bibliotecários no controle de suas atividades. É uma fase extremamente importante da descrição bibliográfica, pois é a que vai entrar em contato direto com o usuário antes da obra.

A descrição, dentro da literatura arquivística, tem abordagens ligadas principalmente à elaboração desses instrumentos de pesquisa sendo que o termo propriamente dito é pouco especificado. Segundo Hagen (1998, p.293):

O termo descrição, ao longo dos últimos anos, adquiriu nova acepção dentro da arquivística. Nos livros mais antigos, como o Manual da Associação dos

Arquivistas Holandeses, o capítulo dedicado à descrição aborda os procedimentos a serem seguidos para a elaboração dos diversos instrumentos de pesquisa, sem chegar a definir claramente o que seja o **processo de descrição**.

Hagen (1998) ainda dá alguns exemplos de textos que tentam dar uma definição ao termo descrição como a da SAA (Society of American Archivists) onde cita duas definições em períodos diferentes. Segundo SAA apud Hagen (1998, p.294):

1974: O processo de estabelecer controle intelectual sobre o patrimônio documental mediante preparação de instrumentos de pesquisa;

1988: Descrição arquivística é o processo de obter, ordenar, analisar e organizar qualquer informação que sirva para identificar, administrar, localizar e interpretar o patrimônio documental de instituições arquivísticas e explicar os contextos e sistemas de registro dos quais estes documentos foram selecionados.

Devido às possibilidades apresentadas pelas novas tecnologias, como o trabalho em rede que interliga centros de pesquisa, acervos e instituições e a uniformização da elaboração de instrumentos de pesquisa, a busca por uma padronização de procedimentos descritivos por parte dos arquivos tem tido discussões que levantam pontos importantes para a definição coletiva de políticas de descrição documental. Segundo Silva (2003, p.187):

Se, no domínio das bibliotecas a normalização se impôs como uma necessidade já desde os finais do século passado, tendo seguido, em vários países, regras e princípios de catalogação, no domínio dos arquivos esta vertente tardou muito mais a desenvolver-se. Contudo, é a introdução de meios informáticos no trabalho dos arquivistas que vem “impor” maior disciplina na forma de apresentar os dados descritivos, condição essencial para se conseguirem realizar pesquisas com sucesso.

A ISAD(G) é o resultado dos esforços coletivos para padronizar terminologias e procedimentos de tratamento dos documentos de arquivo. O tratamento descritivo uniforme para os documentos se aproxima da biblioteconomia no sentido de procurar uma padronização do processo de descrição, o que também envolve regras e termos específicos.

Quando preparamos um documento a fim de executar a atividade de descrição, estamos incluindo este documento dentro de uma série de normas e regras para que sejam criadas as condições necessárias à sua recuperação. Os profissionais que utilizam a ISAD(G) e o AACR2 têm de lidar com uma diferença básica, que dá início a todo tratamento: o tipo de documento que trabalham. O documento de arquivo é aquele que vem de uma instituição ou arquivo pessoal específico, que serviu em sua vida útil para justificar, provar ou lembrar algo. Uma vez no arquivo, além dessas funções, o documento passa a ser

fonte de pesquisas históricas ou legais, respeitando o princípio de proveniência. Numa biblioteca, um documento é recolhido por doação, compra ou permuta, e seus valores são próximos ao do documento arquivístico com exceção do valor probatório, além de serem documentos reproduzíveis e não únicos.

Os estudos acerca das diferenças entre arquivos e bibliotecas ainda são bem centrados no acervo de cada uma das instituições, pois, como bem exemplifica Smit (2000), temos o vício de fundamentar as diferenças existentes apenas na idéia de que a biblioteca coleciona livros e de que o arquivo guarda documentos probatórios. Dessa forma, caímos no risco de simplificar o mais importante: a informação que está sendo tratada e, no nosso caso, o suporte e formato da fotografia. Quando pensamos nos documentos fotográficos, as diferenças entre conceitos como fundos (arquivo), e coleção (biblioteca) ficam sem fundamento no que diz respeito ao posterior ordenamento das fotografias, pois estão nas duas instituições, cumprindo a mesma função (SMIT, 1998), ou seja, a informação contida nesses documentos resulta como preocupação para os profissionais.

Para a descrição do documento, no geral, as duas normas visam destacar os pontos mais relevantes para sua futura busca. O processo de descrição é uma racionalização dos elementos que permitem que o documento seja encontrado e que se disponha da maior quantidade possível de informação que este contém. Nesse processo de normalização, a Biblioteconomia tem tido tempo maior de prática do que a Arquivologia. Há bastante tempo procura-se uma forma de uniformizar o processo de descrição na área, praticamente desde meados do século XIX, e essa procura se tornou mais acentuada ainda quando, nas décadas de 60/70 o uso de computadores foi se popularizando e a automação dos serviços se tornando uma realidade para os profissionais. Com isso, não poderia mais ser adiada a elaboração de um código onde um padrão fosse seguido mundialmente, para que as informações pudessem ser compartilhadas.

Na Arquivologia o processo foi mais tardio, nas décadas de 1980/90, como podemos observar na análise de Heredia Herrera, onde fala que em 1991, um grupo foi convocado para discutir a situação dos arquivos e dessa reunião uma das resoluções publicadas no informe foi: “la necesidad de acciones archivísticas conjuntas que buscasen la cooperación rompiendo el aislamiento tradicional de los archivos frente a la sociedad y el taifismo de archivos y de archiveros”.

Heredia Herrera (1991, p. 75), aponta um motivo para que as normas na Arquivologia tenham demorado a ser estipuladas:

Desde muy pronto Bibliotecários y Documentalistas han estado incorporados a la normalización. Los archiveros, en cambio, hemos justificado nuestra falta de normas generalizadas por la ausencia de una clasificación única de fondos, por la disparidad de tipología documental y por la diversidad de procedimientos administrativos.

Numa direção contrária, temos a observação de Michel Duchein apud Hagen (1998, p. 297), sobre a importância do uso das novas tecnologias e o estímulo causado por este fato em normalizar sua atividade de descrição própria e unicamente para a arquivística:

O risco, indo-se muito longe nesta direção, será de ver a “descrição” arquivística alinhar-se simplesmente aos conceitos da biblioteconomia ou da documentação, em detrimento dos princípios de base arquivística.

O problema aqui para o autor não é a questão da normalização e sim que esta siga simplesmente regras muito parecidas com as das outras áreas sem que se pense nos conceitos da Arquivologia. Hagen (1998) sugere que os elementos arquivísticos estejam claramente definidos para realmente podermos diferenciar a arquivologia da biblioteconomia. Isso implica num retorno aos princípios da teoria da informação e da arquivística, delimitando o que é importante para o usuário e para os objetivos da instituição, pois, segundo Hagen (1998, p.297):

Desta forma, a arquivística não se confundiria com as demais ciências da informação mesmo que haja uma aparente semelhança em algumas questões, como no caso da padronização da descrição para fins de participação em bancos de dados bibliográficos. O enfoque da arquivística sempre é a informação registrada no conjunto dos documentos, nunca perdendo de vista o princípio fundamental do respeito à proveniência, ou seja, a importância de deixar evidente o contexto em que os documentos foram produzidos ou recebidos.

Ou seja, com a informatização dos acervos e por uma série de outros motivos como maior facilidade e rapidez no trabalho a normalização é extremamente necessária para uma área que trabalha com a informação, fato que Heredia Herrera (1991, p.74) afirma que “Las ventajas de la normalización en cualquier campo son evidentes y van desde la normalización de una tuerca a las reglas de catalogación en una biblioteca”, mas deve-se pensar nos objetivos de cada área, como Hagen (1998) coloca, o princípio de proveniência é a base para a organização e função de um arquivo.

O desenvolvimento das atividades de descrição arquivísticas e bibliográfica seguem uma ordenação que relaciona as normas e o documento descrito com o acervo.

Na biblioteconomia, há uma série de passos que vão torná-lo acessível e

en cierto modo concatenados, que son imprescindibles para la puesta a punto de los sistemas documentales creándose así un proceso de circulación de la información que tiende a establecer un vínculo entre los documentos y los usuarios y cumpliendo de este modo el fin último que cualquier documento se propone: el de su difusión. (HEREDIA HERRERA, 1991, p.91)

Esse processo foi normalizado na elaboração do AACR2 e se efetivou com a ISBD, que tem a função de sistematizar a ordem que as informações vão aparecer na descrição, uniformizando também a pontuação utilizada durante a disposição das informações na ficha catalográfica. Essa disposição foi definida para facilitar a pesquisa do usuário, lhe dando os dados imediatos de sua busca.

Na arquivologia, os passos dados são através da descrição multinível, ou seja, por níveis que seguem uma hierarquia a partir dos fundos de um arquivo, do geral para o particular, estabelecendo uma ligação entre todos os documentos. Essa ordem tem origem na própria organização do arquivo e no seu arranjo. De acordo com Bellotto (2004, p.140), que cita a Sociedade dos Arquivistas Americanos, o arranjo:

é o processo e o resultado da organização de arquivos, documentos e manuscritos de acordo com princípios arquivísticos consagrados, particularmente o de proveniência, respeitando-se os seguintes níveis: arquivo, fundo, grupo ou seção, série, conjunto lógico dentro da série e documento.

Portanto o nível de arranjo no arquivo é determinado pela proveniência, isto é, o grau de análise na descrição depende de fatos extrínsecos ao fundo. Em outras palavras, o maior ou menor grau de descrição obedece à decisão do arquivista, que se baseia no grau de necessidade de seu usuário potencial. de acordo com Bellotto (2004, p.141), “os níveis foram justamente a base metodológica das normas de descrição da ISAD (G)”. Com isso, se aproxima da Biblioteconomia, onde o nível de descrição da ficha catalográfica obedece ao mesmo critério.

Abaixo, um quadro baseado em Heredia Herrera (1991) com os níveis a partir dos instrumentos de pesquisa.

Nível	Agrupamentos documentais	Instrumentos de pesquisa
I	Arquivo Fundo <i>Grupo</i> Subgrupo	Guia
II	Séries documentais	Inventários

III	Peças documentais	Catálogos
Auxiliar		Índices

Quadro 1: Níveis de descrição arquivística.

Podemos perceber pelo quadro acima os níveis, cada instrumento correspondente e os grupos de documentos que poderão ser trabalhados respectivamente. Para que a descrição arquivística seja feita, é necessário definir as agrupações documentais. O elemento que irá demarcar esses níveis, por exemplo, para a elaboração de um inventário, será o conceito de série documental².

Cabe aqui também considerar que, enquanto na Biblioteconomia o grau de descrição depende basicamente do que será oferecido ao usuário, já que quase todo documento bibliográfico possui as mesmas informações (quando falta alguma informação as regras prevêm notas para suprir essa falta), na arquivologia o grau de descrição depende também do tipo documental presente na série.

Na Biblioteconomia, a ficha catalográfica, que é única, impressa ou on-line, irá contemplar toda análise feita pelo profissional. Nela, os pontos mais importantes estão presentes, pois são os dados referentes ao autor, ao conteúdo e à edição e impressão. Na própria ficha catalográfica está sintetizado os três níveis de descrição.

Para Mey (1995), os três níveis do AACR2 teriam um pequeno problema de padronização por serem definidos na ISBD e que essa questão as próprias bibliotecas deveriam definir individualmente. As observações de Mey (1995, p.134) são as seguintes:

A AACR2, de forma arbitrária e desprovida de lógica, criou três níveis de descrição. Não é o que diz a primeira ISBD (e também as posteriores): cada biblioteca, exceto as nacionais, pode determinar os elementos que lhe são necessários; na utilização de algum elemento, deve transcrevê-lo na forma e posição preconizadas, com a pontuação indicada. Assim, não há três níveis, dependendo de cada biblioteca. No entanto, a descrição bibliográfica, quando independente dos acessos – como deve ser de fato – precisa individualizar cada um dos itens, tornando-o único entre os demais. Ora, quais os elementos indispensáveis à individualização do item?

² De acordo com Heredia Herrera (1991) e Bellotto (2004), as séries documentais são o testemunho documental de atividades repetitivas desenvolvidas por um órgão ou em virtude de uma função, ou seja, a repetitividade de atividades que são provadas por esses documentos ou a repetitividade de processo burocrático, correspondem a uma mesma tipologia documental, oferecendo uma informação seriada. Exemplos de séries são: “Registros de navios; Licenças e informes de passageiros, etc.”.

Mey (1995) nos oferece a dúvida e a resposta. Como tratar com os níveis do AACR2 se temos de tornar o documento único? Para isso ela sugere uma longa pesquisa em um catálogo importante para verificar como a descrição deve ser completa tanto para a individualização como para o auxílio do usuário. E sugere uma pesquisa com o público alvo para levantar os aspectos mais relevantes que devem ser levados em consideração no momento de definir qual o nível para descrever os documentos do acervo.

Seguindo por esse ponto podemos observar o primeiro campo de descrição do AACR2, a área de “título e indicação de responsabilidade”. Num documento de biblioteca, o título é fundamental, pois leva o usuário tanto ao título exato, quanto às palavras-chave ou ao assunto. Nos documentos de arquivo o título é o nome, como explica Heredia Herrera. Para a autora o título é um termo muito mais bibliográfico do que arquivístico:

Los documentos de archivo o sus agrupaciones no tienen título, sino nombre y este nombre no es arbitrario, como legítimamente puede ser el título de un libro, sino que dicho nombre es trasunto de su procedencia, que es la que marca la identificación de los documentos de archivo.

Quanto ao documento fotográfico, por vezes o título pode aparecer, portanto, pode-se ter o nome do fundo, do conjunto de fotografias num arquivo e na biblioteca, seu título, propriamente dito ou o assunto de que tratou, o lugar da fotografia, é que vão preencher este campo.

No exemplo abaixo, podemos verificar no catálogo on-line da Unesp de Marília-SP, que o título da fotografia é o lugar onde a cena foi fotografada:

Título	[Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Campus
	de Marília, 1994] [material iconográfico] : acervo de livros. –
	1 foto : color ; 10 x 15 cm. -

Exemplo 1: Base de dados Athena, área do título.

Outro ponto a ressaltar, é a “área de contextualização” na ISAD (G). Essa área indica o nome do produtor, história administrativa e/ou bibliográfica, história da custódia, ou seja, elementos que contam a história do documento e de sua época e dão uma visão geral do que o pesquisador terá em mãos. Devido ao caráter mais sucinto do AACR2, essa contextualização não é feita e nem mesmo necessária em alguns casos. Essas observações,

no caso de documentos fotográficos ou de outros tipos que têm mais complexidade, poderá ser feita através de dados de sua publicação ou origem e na área das notas.

De acordo com Heredia Herrera, as denominações das áreas, em alguns casos da ISAD (G) são ambíguas, como a área de contexto, ou equívocas, como a área de identificação. Na identificação, o objetivo é dar todas as informações possíveis sobre os documentos que estão sendo descritos. A forma de se conhecer um documento de arquivo, segundo a autora, é através de sua origem, que está na área de contextualização, e não através de seu título, que, no caso do documento de arquivo pode ser arbitrário. Segundo Heredia Herrera (ano, p. 07):

Las denominaciones de las Áreas en algunos casos, como es el caso de “Área de contexto” son ambiguas y otras equívocas como es el caso del “Área de identidad” que tendría que ser de “Identificación”, por cuanto teóricamente a través de ella pretende darse la información esencial de aquello que se describe y la esencia de los documentos de archivo no es otra que la vinculación a su origen, que de ninguna manera podrá materializarse a partir de un simple “título”, que, como tal, puede ser hasta arbitrario.

Podemos definir, baseados nos autores Bellotto (2004), Heredia Herrera (1991) e Hagen (1998), que semelhanças existem entre as duas normas como:

- que seja numa ficha catalográfica, que é a materialização das informações retiradas do documento em uma biblioteca, ou num instrumento de pesquisa arquivístico, elaborado a partir de níveis hierárquicos do próprio arquivo, têm o mesmo objetivo de divulgar, de ser a ponte entre o acervo e o usuário e de passar informações corretas e eficazes a seus pesquisadores;
- as duas normas trabalham com a informação registrada;
- os elementos físicos ou intelectuais em uma ou outra norma são descritos tentando extrair ao máximo as informações exatas e objetivas;

São alguns elementos presentes nas duas normas. Com o documento fotográfico, o público alvo muda, a finalidade do documento dentro da instituição pode não ser a mesma, mas o trabalho com a informação é obrigatório. Algumas diferenças seriam:

- os documentos em uma biblioteca são resultados de uma preparação para serem divulgados e tratados bibliograficamente, enquanto que, em um arquivo, são resultado de uma atividade e de uma ação, são conjuntos de documentos que não podem ser separados e apenas serem identificados por assunto ou autor, pois têm toda uma contextualização e controle do próprio arquivo que dão sentido à sua existência;

- o documento fotográfico, em uma biblioteca, é uma coleção, em um arquivo, é um fundo ou parte dele, mas, enfatizando mais uma vez, estão nas duas instituições com funções por vezes semelhantes, preservar a memória de uma instituição ou personalidade, divulgar, servir à pesquisas, e mostrar um fragmento de fatos passados;
- numa biblioteca, a busca pela informação geralmente é mais específica. Num arquivo, documentos têm uma relação de encadeamento, o trabalho então passa a ser mais amplo.

Com o intuito de visualizar o que foi dito acima, segue o quadro abaixo:

Las denominaciones de las Áreas en algunos casos, como es el caso de “Área de contexto” son ambiguas y otras equívocas como es el caso del “Área de identidad” que tendría que ser de “Identificación”, por cuanto teóricamente a través de ella pretende darse la información esencial de aquello que se describe y la esencia de los documentos de archivo no es otra que la vinculación a su origen, que de ninguna manera podrá materializarse a partir de un simple “título”, que, como tal, puede ser hasta arbitrario.

Podemos definir, baseados nos autores Bellotto (2004), Heredia Herrera (1991) e Hagen (1998), que semelhanças existem entre as duas normas como:

- que seja numa ficha catalográfica, que é a materialização das informações retiradas do documento em uma biblioteca, ou num instrumento de pesquisa arquivístico, elaborado a partir de níveis hierárquicos do próprio arquivo, têm o mesmo objetivo de divulgar, de ser a ponte entre o acervo e o usuário e de passar informações corretas e eficazes a seus pesquisadores;
- as duas normas trabalham com a informação registrada;
- os elementos físicos ou intelectuais em uma ou outra norma são descritos tentando extrair ao máximo informações exatas e objetivas;

São alguns elementos presentes nas duas normas. Com o documento fotográfico, o público alvo muda, a finalidade do documento dentro da instituição pode não ser a mesma, mas o trabalho com a informação é obrigatório. Algumas diferenças seriam:

- os documentos em uma biblioteca são resultados de uma preparação para serem divulgados e tratados bibliograficamente, enquanto que, em um arquivo, são resultado de uma atividade e de uma ação, são conjuntos de documentos que não podem ser separados e apenas serem identificados por assunto ou autor, pois têm toda uma contextualização e controle do próprio arquivo que dão sentido à sua existência;
- o documento fotográfico, em uma biblioteca, é uma coleção, em um arquivo, é um fundo ou parte dele, mas, enfatizando mais uma vez, estão nas duas instituições com funções por

vezes semelhantes, preservar a memória de uma instituição ou personalidade, divulgar, servir à pesquisas, e mostrar um fragmento de fatos passados;

- numa biblioteca, a busca pela informação geralmente é mais específica. Num arquivo, documentos têm uma relação de encadeamento, o trabalho então passa a ser mais amplo.

Com o intuito de visualizar o que foi dito acima, segue o quadro abaixo:

	ARQUIVO	BIBLIOTECA
Níveis	Centrado na tipologia documental	Centrado no usuário
Autoria	Gênese, origem, unidade produtora.	Responsabilidade individual
Título	Do fundo	Da obra
Descrição física	Pouca ênfase	Evidente
Interpretação	Ênfase no contexto	Ênfase no conteúdo
Interfaces	Instrumentos de pesquisa	Ficha, seja manual ou eletrônica.
Tratamento	Serial	Individual
Disponibilidade	Centrada na fonte	Centrada no usuário

Quadro 2: Visualização das áreas em arquivos e bibliotecas.

Através do quadro podemos claramente visualizar algumas características da descrição bibliográfica, feita através do AACR2 e arquivística, onde a ISAD (G) é utilizada. Diferenças que são resultado de tradições de áreas muito próximas, mas que se distinguem, além de outros fatores, pelo tipo e natureza de documento que cada uma trata. Contudo, a semelhança latente e necessária é que cada uma trabalha de forma relevante e precisa as informações contidas nos documentos que armazenam, para que seus usuários possam recuperá-las e utilizá-las de forma satisfatória.

3 Considerações finais

O documento fotográfico desempenha um importante papel na preservação de atividades cotidianas, políticas, culturais e sociais e nos faz olhar o presente e o passado de forma que podemos entendê-los sob nossa ótica e sob a ótica de nossa época. Nesse sentido, se aproxima do conceito probatório do documento de arquivo.

As bibliotecas, com seus manuscritos e obras raras e de todos os lugares, permitem uma viagem pelo tempo, pela ficção e pela história. Permitem que todas as informações que estão dispostas em suas prateleiras, sejam fontes inesgotáveis de produção de conhecimento para seus usuários. Em uma biblioteca, obras de diferentes autores e lugares são acumuladas com função cultural e informacional.

O arquivo é um lugar vivo, com força para desempenhar a função de não deixar morrer o que foi produzido. O espaço da biblioteca é atemporal, todos os tempos estão em seu poder através de suas obras, em um arquivo os tempos são delimitados, tanto por seus documentos, como por regras institucionais e isso permite que o seu acervo subsista e que se modifique.

As diferenças entre um arquivo e uma biblioteca se acirram quando nos atemos ao suporte que cada um coleta. No entanto, se nos concentrarmos nas informações que estes estão incumbidos de guardar, tratar e transmitir, perceberemos que ela, a informação, é o fator essencial para nossas pesquisas e para o atendimento do usuário.

Diante dessas instituições e em cada uma delas está o documento fotográfico, que não apresenta diferenças em seu suporte, mas que está presente com a similaridade da informação e por uma característica fundamental: seu significado é muda com o passar do tempo e de acordo com a função que lhe é dada.

As instituições têm de lidar com esse fato e, para tanto normas e regras que sistematizam processos sejam manuais ou on-line, delimitam parâmetros para a realização do que chamamos de tratamento documental. Os tratamentos dos documentos se refletem no processo de catalogação e de descrição arquivística.

Os dois códigos em questão, AACR2 e ISAD (G), têm áreas parecidas. Cada um atendendo a suas necessidades consegue que o documento fotográfico seja descrito para conseguir uma recuperação eficiente por parte dos usuários. Uma diferença latente encontrada é no fato de a biblioteconomia ser extremamente sucinta em suas descrições e a arquivologia precisar de mais elementos contextuais. É explicável pelo fato de os documentos de arquivo seguirem as regras de respeito à sua origem e precisarem ser contextualizados e relacionados dentro do acervo.

A respeito das diferenças no acervo e suporte, no caso do documento fotográfico o que fica muito explícito é a função e o uso da informação que será descrita, determinada pelo seu uso dentro da sociedade, pela determinação para a instituição adequada e pela função que esta dará ao documento.

A fotografia é um meio tecnológico de criação e reprodução de imagens. Pelo fato de ser determinada por essas condições materiais de produção, ela desenvolve

consequentemente, sua própria linguagem expressiva. Isto é, forma e conteúdo se imbricam de forma inseparável. Por esses motivos, a fotografia, por um lado, apresenta condições únicas que determinarão seu tratamento em unidades de informação. De maneira que, seja em um arquivo ou em uma biblioteca, ela sempre apresentará os mesmos traços constitutivos.

A questão em cerne é que existem antes dela instituições como arquivos e bibliotecas que são milenares, e que as práticas de tratamento foram desenvolvidas e criaram avaliações próprias. Cabe ressaltar que esses fazeres tradicionais materializados, neste caso em códigos, obedecem a reflexões e teorias de entendimento do que seja um documento para essas instituições.

Esta questão, muitas vezes despercebida, é determinante no tratamento. A fotografia vem de um processo no qual o contexto também é produto determinante. Porém, o documento fotográfico é muito presente nas duas instituições e estas têm de pensar e trabalhar em cima de técnicas para o seu tratamento. Biblioteconomia e a arquivologia são atividades profissionais que, apesar de serem parte da mesma base, a Ciência da Informação, são distinta em funções e em objetivos. Nesse trabalho, contribuimos de forma a referenciar as duas atividades reunidas lado a lado, servindo para os profissionais de cada área conhecer um pouco mais sobre cada uma. Smit (2000, p.28), aponta enfaticamente quando se refere às 3 Marias que esta é “uma família na qual cada irmã ignora em boa parte a atuação profissional, os princípios teóricos e as metodologias de trabalho das demais”. Sendo assim, nos propomos a realizar uma reflexão sobre os códigos de catalogação e descrição, no sentido de saber o porquê de suas regras e métodos de descrição e, por conseguinte, partimos deste para novos subsídios e contribuições a novas reflexões.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 185p.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. 318p.

DIAS, Antonio Caetano. **Elementos de catalogação**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bibliotecários, 1967. 112p.

DUCHEIN, Michel. **O princípio do respeito aos fundos em arquivística**: princípios teóricos e problemas práticos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, n.1, p.14-33, abr. 1982/ago. 1986.

ENCICLOPEDIA UNIVERSAL ILUSTRADA EUROPEO-AMERICANA. Tomo XVIII. Madrid: Rios Rosas, 26.

FABRIS, Annateresa. (org.) **Fotografia: usos e funções no século XIX.** São Paulo: EDUSP, 1991. 298p.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.3, p.293-299, set./dez. 1998.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **La Norma ISAD(G)** – análisis crítico. Associação de Arquivistas de São Paulo. Disponível em: <<http://www.infolac.ucol.mx/documentos/isad.pdf>>. Acesso em 22 de janeiro de 2006.

_____. **Arquivística general: teoría y práctica.** 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991. 510p.

ISAD(G): norma geral de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Conselho Internacional de Arquivos/Arquivo Nacional, 2001.

LEITE, Miriam L. Moreira. A imagem através das palavras. In: **Revista Ciência e Cultura.** n. 38, v.9, 1986. p.1483-1495.

LENHUS, Donald J. **Manual de redação de fichas catalográficas isbd(m).** Rio de Janeiro: Brasilart Editores, 1977. 75p.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação.** Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 123p.

_____. Considerações (prequiosas) sobre a prática da catalogação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.19, n.2, p.127-136, jul./dez. 1995

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. **Catalogação de recursos bibliográficos pelo AACR2R 2002.** 2.ed. rev. Brasília: Ed. Do Autor, 2004.

SMIT, Johanna W. A análise da imagem: um primeiro plano. In: **Análise documentária: a análise da síntese.** 2.ed. Johanna w. Smit (coord.). Brasília: IBICT, 1987. p.101-113.

_____. O profissional da informação e a sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional.** São Paulo: Polis, 2000. 156p. (Palavra-chave;11).

SONTAG, Susan. Na caverna de Platão. In: **Ensaio sobre a fotografia.** Rio de Janeiro: Arbor, 1983. 198p.